

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 3º BIÊNIO

No dia 16 de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10:10 horas, via plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber: a sra. Elizete Nicolini, representante titular de SGM; a sra. Amanda Theodoro, representante suplente de SGM; a sra. Elizete Miranda, representante titular de SMDHC; o sr. José Roberto, representante titular de SME; a sra. Juliana André Nunes, representante suplente de SMS; a sra. Karine Stephanie Alves, representante titular de SMC; a sra. Mariana Santos, representante titular de SMADS; a sra. Camila Sawaia, representante titular do CoCriança; o sr. João Victor Salge, representante titular do Instituto Jô Clemente; o sr. Mildo Ferreira, representante suplente do Conselho Tutelar.

Também estavam presentes o sr. Cassiano Luís, de SGM; o sr. Jarbas Biagi, de SGM; a sra. Lara Vitoria Abreu, de SGM; a sra. Raissa Gambi, de SGM; a sra. Agata Santos, do CMDCA.

O sr. Jarbas (SGM) inicia os trabalhos apresentando a agenda da reunião, a saber: Informes; Percepção sobre o Balanço 2023; contribuições para o novo Balanço e para o Biênio 2024-26; planejamento do 6º Balanço do PMPI; Encerramento e Encaminhamentos. Iniciando os informes, diz que, a partir da próxima reunião, será utilizada a ferramenta Participe+ Conselhos, com o objetivo de dar transparência à atuação da Comissão de Avaliação, bem como a criação de um repositório. Para entendimento do grupo, exhibe a página da ferramenta (<https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/conselhos>), explicando como funciona o registro de informações e da agenda da Comissão.

Em seguida, o sr. Jarbas (SGM) exhibe as representações da Comissão de Avaliação, salientando que será enviado um ofício ao Poder Legislativo para recomposição das representações dessa instância. Dando sequência a pauta de percepções sobre o Balanço 2023, o sr. Jarbas (SGM) retoma os objetivos e escopo da Comissão, detalhando o conjunto de ações realizadas nos ciclos de avaliação. A seguir, questiona aos representantes sobre o que as percepções gerais do balanço de 2023 e o que poderia ter sido melhor na elaboração do relatório.

O sr. João (Instituto Jô Clemente) responde que fez uma análise geral do documento, entendendo sobre o alcance das metas e as metas previstas para 2024 e que lhe chamou atenção a aplicação do questionário pelas organizações da sociedade civil, que teve aumento no número de respondentes. Com isso ressalta que poderiam qualificar a resposta das OSCs,

num processo mais próximo com as organizações, assim como deve ser feito com as famílias na avaliação do PMPI. A sra. Camila (CoCriança) acrescenta que a parceria com o CMDCA foi muito boa por possibilitar o aumento de respondentes e que deveriam manter essa colaboração. Além disso, ressalta que as informações das OSCs podem ser mais territorializadas com foco nos distritos e que podem ajudar no geoprocessamento. Sobre a participação das crianças e das famílias, sugere os equipamentos dos Territórios Educadores como pontos de referência, visto que já estão em dez dos territórios prioritários do Plano de Ação 2021-2024, com um primeiro teste com oficina para as crianças e famílias ainda esse ano. Pensando nas contribuições possíveis para o Balanço 2024, o sr. Cassiano (SGM) responde que o grupo poderia refletir sobre o fechamento do Plano de Ação 2021-2024 do PMPI, entendendo quais os avanços e desafios desse período, com uma reflexão sobre o que pode ser feito para o plano de ação seguinte.

O sr. Jarbas (SGM) propõe aos representantes da sociedade civil um encontro para aprofundar as sugestões e discutir o tema na próxima reunião ordinária. Todos mostram-se de acordo. O sr. Jarbas (SGM) passa à pauta do 6º Balanço do PMPI, esclarecendo que uma versão preliminar do relatório do Poder Executivo será elaborada até abril, para ter subsídios para elaboração do Plano de Ação 2025-2028 do PMPI. A sra. Camila (CoCriança) responde que os prazos influenciam na perspectiva de escuta das crianças e da comunidade, que requer um tempo maior. O sr. Jarbas (SGM) esclarece que na discussão proposta podem detalhar o que pode ser feito para esse ano e para os próximos ciclos de monitoramento e avaliação.

Seguindo ao cronograma de reuniões, o sr. Jarbas (SGM) indica as datas das próximas reuniões ordinárias, nos dias 03/04/2025 e 04/07/2025, com sugestão de reunião extraordinária no dia 22/05/2025. Esclarece que na data reunião extraordinária os relatórios das diferentes instâncias estarão mais avançados e que a data de julho pode ser muito tardia para a discussão e alinhamentos. Todos mostram-se de acordo.

O sr. Jarbas (SGM) apresenta os encaminhamentos: SGM deve disponibilizar todos os documentos e links da Comissão de Avaliação na Plataforma Participe+ Conselhos; SGM deve enviar a ata e apresentação da reunião aos interlocutores da Comissão até o dia 17/01; as validações e/ou retificações na ata devem ser enviadas até o dia 22/01; todos os interlocutores devem registrar “de acordo” por e-mail para publicação da ata. SGM deve realizar reunião com as OSCs para discutir a escuta das crianças e famílias. Todos mostram-se de acordo.

A sra. Elizete (SGM) ressalta que os prazos indicados de relatório até abril se aplicam apenas ao relatório do Poder Executivo e que, para as demais instâncias, permanece o prazo

de publicação em agosto. Acrescenta que a escuta das crianças é um ponto que precisa ser trabalhado pela Comissão de Avaliação e que é importante estabelecer uma metodologia. A sra. Camila (CoCriança) responde que um desafio é definir o escopo do que as crianças podem contribuir para a política. Relata que tiveram uma experiência de escuta das crianças no Jardim Lapena junto à Fundação Tide Setúbal, num plano de urbanização do território e assim, realizaram a escuta para entender a percepção das crianças sobre o local. A sra. Elizete (SGM) ressalta a importância da Comissão Técnica da Primeira Infância refletir sobre o que se deseja escutar das crianças e de estabelecer uma sistemática para a escuta recorrente, e pede para a sra. Camila compartilhar mais da experiência citada.

A sra. Camila (CoCriança) diz que chama sua atenção a percepção diferente entre as crianças e adultos e que, através dos relatos, conseguiram entender bem a realidade do território, com o desafio de definir o recorte e sistematização da escuta. Relata que partiram de três escolas no Jardim Lapena; uma escola de ensino fundamental, um Centro de Educação Infantil (CEI) e uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), com uma diversidade maior de idades, até os 12 anos. Foram realizadas três oficinas em cada escola, com adaptações para cada idade e algumas entrevistas. As atividades tinham foco no lazer, relação com a natureza, relações comunitárias e no empoderamento das crianças para participar das transformações do território, que tem muitas obras e intervenções urbanas em andamento. Acrescenta que houve um choque com a normalização das crianças com os alagamentos que ocorrem no local, como algo cotidiano e que trabalharam com aspectos mais qualitativos da pesquisa.

O sr. Mildo (Conselho Tutelar) diz (via chat) que participa da Comissão Permanente do Conselho Tutelar e que numa reunião que terá no dia 30/01 levará o tema para discussão. O sr. Cassiano (SGM) sugere como encaminhamento que realizem uma reunião para discutir sobre o PMPI e o Monitoramento e Avaliação. O sr. Mildo (Conselho Tutelar) mostra-se de acordo.

Sem mais assuntos a tratar, o sr. Jarbas (SGM) encerra a reunião e eu, Cassiano Luís Silva Santos (SGM), lavrei a presente ata.

São Paulo, 16 de janeiro de 2025.